

METÁFORA: um cabo de guerra linguístico

Marina LEGROSKI¹

RESUMO Este artigo destina-se à compreensão do fenômeno da metáfora dentro de abordagens teóricas diversas, procurando demonstrar como essas abordagens colaboram para os estudos deste fenômeno. Além disso, essa discussão serve de mote para olharmos mais atentamente aos pressupostos epistemológicos das teorias e, dessa forma, mostrar como cada uma delas se posiciona sobre os fenômenos que julgam ser de seu escopo. Esse trabalho, portanto, ajuda a clarear um pouco o embate epistemológico que se dá entre a semântica e a pragmática, as duas disciplinas que se ocupam do significado linguístico, e de teorias no seu interior que trabalharam com a metáfora.

Palavras-chave: Metáfora; Semântica; Pragmática..

ABSTRACT: This article is about the comprehension of metaphor as a linguistic phenomenon in different theoretical approaches. Therefore it contributes to epistemological treatment of this linguistic phenomenon, especially in the differences between semantics and pragmatics, both disciplines that deals with linguistic meanings and metaphor.

Keywords: Metaphor; Semantic; Pragmatic.

1 INTRODUÇÃO

Diversos embates nas ciências surgem da necessidade de atualizar pressupostos teóricos na tentativa de cercar novos fenômenos dentro de limites impostos por uma teoria. Um caso que considero particularmente interessante é o das metáforas, que de forma nenhuma constituem ponto pacífico dentro deste tipo de embate. Disputando esse território, estão as duas disciplinas linguísticas que se debruçam sobre a significação: de um lado, a semântica – disciplina que comumente entendemos como sendo a do significado composicional – e, de outro, a pragmática – a quem costumamos atribuir o estudo de fenômenos da prática interacional, discursiva, e de expressões cujo significado não se pode estabelecer *a priori*.

¹ Doutoranda em Estudos Linguísticos, filiada ao programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná. Bolsista Capes, e professora colaboradora desta instituição.



A metáfora segue disputada por ser um fenômeno que parece híbrido: é possível, em alguns casos, tratá-la dentro dos moldes propostos por teorias semânticas, mas, ao mesmo tempo, este tratamento parece superficial e ineficiente. Este fenômeno parece fazer o significado das expressões “proliferarem”, de forma a deixar parecer impossível que um modelo formal, capaz de prever certas realizações linguísticas, seja hábil em antecipar o significado de uma metáfora.

Nesse trabalho, no entanto, pretendo rever brevemente a conceituação de semântica e de pragmática, bem como tentar cercar um pouco melhor o fenômeno que pretendo observar. Por fim, pretendo introduzir um modelo que considero interessante como saída ao impasse do tratamento formal da metáfora.

2 ESTUDOS DA METÁFORA

Convencionamos chamar metáfora, na linguística, todo uso de significado não-literal, ou seja, toda realização linguística na qual o sentido utilizado não é o “comum” da palavra. Como afirma Escandell, em seu *Introducción a la pragmática*,

Por outro lado, não é pacífico que o uso metafórico da língua traga à tona uma “novidade” todas as vezes: alguns desses usos não tem mais status de metáfora, como é o caso daquilo que a gramática tradicional, na falta de algo melhor, classificou como metonímias e sinédoques e mesmo de certos tipos de metáforas já lexicalizadas, como as apresentadas a seguir.

- (1) Maria é um doce.
- (2) João é uma baleia.
- (3) Essa bolsa custa o olho da cara.
- (4) Minha mãe é uma mulher de ferro.
- (5) Pedro é um gato.

Essas expressões, como muitas outras, são o caso prototípico de usos corriqueiros cuja significação pode ser deduzida, de certa forma, *a priori*. Esse tipo de uso linguístico se dá em ocasiões bastante previsíveis, e parece pouco provável que alguém se interesse em gastar tempo ‘desvendando’ os enigmas desse tipo de metáfora. As mais interessantes, acredito, são as metáforas cuja significação precisaríamos

depreender no momento da enunciação e, para isso, seria necessário que houvesse uma teoria capaz de prever que as palavras pudessem ter usos que convencionamos chamar “não-literais”.

2.1 Possíveis tratamentos da pragmática

Stephen Levinson, em *Pragmatics*, concentra um certo esforço sobre a metáfora. Além de considerar os estudos semânticos possíveis para a metáfora (como veremos abaixo), Levinson pretende apresentar os tratamentos que a pragmática oferece, dentro de algumas de suas teorias, para abordar o fenômeno. Para ele, as teorias semânticas não servem para dar conta da metáfora, principalmente pelo fato de que

uma importante parte da força de qualquer metáfora parece envolver o que poderia ser chamado de ‘penumbra conotacional’ das expressões envolvidas, o *incidental* ainda mais do que as características definidoras das palavras, e conhecimento de propriedades factuais de referentes e ainda conhecimento de mundo em geral. Todos esses assuntos estão além do escopo de uma teoria semântica, como geralmente é entendida dentro da linguística. (LEVINSON, 198, p. 150)²

Dessa forma, uma teoria pragmática para a metáfora

será baseada em assumir que o conteúdo metafórico de uma proposição não será derivado de princípios de interpretação semântica; sem dúvida, a semântica irá prover apenas uma caracterização do sentido literal ou convencional das expressões envolvidas e, a partir disso, junto a detalhes do contexto, a pragmática terá que prover a interpretação metafórica. (1983, p. 56)³

Levinson(1983) acrescenta, ainda, que “dizer que a metáfora é de natureza em parte pragmática não é difamá-la ou isolá-la, mas meramente colocá-la firmemente ao lado

² “An important part of the force of any metaphor thus seems to involve what might be called the ‘connotational penumbra’ of the expressions involved, the *incidental* rather than the defining characteristics of words, and knowledge of the factual properties of referents and hence knowledge of the world in general. All of these matters are beyond the scope of a semantic theory, as generally understood within linguistics.”

³ “A pragmatic approach will be based on the assumption that the metaphorical content of utterances will not be derived by principles of semantic interpretation; rather the semantics will just provide a characterization of the literal meaning or conventional content of the expressions involved, and from this, together with details of context, the pragmatics will have to provide the metaphorical interpretation.”

dos outros usos naturais da linguagem que estamos descrevendo ao longo desse livro.” (1983, p. 56)⁴.

Para este autor, é fundamental que uma teoria de interpretação da metáfora trabalhe também com outros elementos além dos considerados pela semântica. Esse ponto de vista é o mesmo considerado por Escandell (2006) quando a autora apresenta modelos de análise realizados por teorias pragmáticas. De acordo com a autora, “o tratamento semântico da metáfora não resulta adequado: ou bem não descreve corretamente o significado das metáforas, ou bem não se desenvolve dentro dos limites de uma teoria semântica” (2006, p. 201).

Dentre diversas teorias, Escandell (2006) apresenta três tipos de tratamento possíveis. O primeiro deles diz respeito à teoria de Grice (1975), na qual ele apresenta o princípio de cooperação e as máximas conversacionais. Para simplificar, de acordo com esta teoria, uma metáfora seria claramente a violação do princípio de qualidade (“não diga algo que você acredite que seja falso”), uma vez que o uso de uma metáfora decorre em uma afirmação que é trivialmente falsa. Assim, se o interlocutor assume que o falante está sendo cooperativo, como postula esta teoria, ele precisa buscar algum tipo de interpretação para o que ouviu e, nesse caso, irá buscar uma implicatura naquilo que ouviu.

No entanto, Escandell (2006) afirma que, apesar do mérito desta abordagem ser o de transpor a metáfora para o campo da pragmática, este tipo de análise traz também alguns problemas. O principal deles seria assumir, de antemão, que todas as metáforas fossem violações da mesma máxima – a da quantidade –, enquanto é possível que sejam violações de outras máximas. Além disso, a teoria não restringe o contrário disso, ou seja, que toda violação da máxima de quantidade seja uma metáfora (o que presumiria que toda vez que o falante violasse essa máxima, o interlocutor interpretasse como sendo um uso metafórico). Outro problema apontado por Escandell (2006) é o fato de que Grice não mapeia os passos do processo de interpretação do interlocutor, de forma a não poder prever uma regularidade no resultado final.

O trabalho de Searle (1979), que pretende dar conta dos processos de interpretação, ao contrário de Grice, é outra possibilidade de tratamento pragmático apresentada pela autora. Segundo Escandell (2006), para Searle, as metáforas apresentam propriedades muito características:

4 “To claim that metaphor is in part pragmatic in nature is not to denigrate or isolate it, but merely to place it firmly among the other more straightforward usages of language that we have described throughout this book.”

I) são restringidas: não se pode construir uma metáfora sobre qualquer dos sentidos em que uma coisa se assemelha a outra;

(...)

II) são sistemáticas: podem se comunicar graças à existência de um conjunto de princípios compartilhado pelo emissor e pelo destinatário. (ESCANDELL, 2006, p. 203)

A propriedade apresentada em I é facilmente comprovável e exemplos são comuns. Escandell (2006) afirma que as comparações explícitas são um exemplo disso, porque temos certo direcionamento da interpretação:

(6) Maria corre como um guepardo.

(7) Maria é um guepardo.

É mais fácil atribuímos significado a (6) do que a (7), porque dentre todas as coisas que poderíamos dizer de um avestruz, fica difícil selecionar quais delas seriam metafóricas. No entanto, se fizermos uma sentença como

(8) César Ciello é um peixe.

a interpretação não fica tão prejudicada, uma vez que compartilhamos algum conhecimento de mundo a respeito de quem é César Ciello.

Em relação à sistematicidade, Escandell (2006) afirma que, para Searle, a interpretação das metáforas se baseia na existência de padrões de inferência. Esses padrões, que são regulares, consistem em três tipos de estratégias:

I) de reconhecimento: estratégias que permitem determinar se é necessário ou não buscar uma interpretação metafórica;

II) de cálculo: estratégias para calcular os diferentes valores que podem marcar a entidade a respeito da qual dos elementos é semelhante; e

III) de restrição: estratégias para restringir as possibilidades calculadas e identificar o fator concreto que serve como fundamento da metáfora. (ESCANDELL, 2006, p. 204)

Essas estratégias são bastante interessantes à medida que fazem um modelo para mapear os passos da interpretação metafórica, funcionando como um algoritmo da interpretação. Assim, se os cálculos valem para todas as situações, é necessário aplicar cada uma das estratégias antes de passar para a próxima, algo que valeria para todas as situações. Um exemplo do uso deste algoritmo, apontado por Escandell (2006: 204-205), é a famosa metáfora contida na declaração de amor feita pelo shakespeariano Romeu:

(9) Julieta é o sol.

Aplicando a primeira estratégia, o cálculo é para definir se essa sentença precisa ou não ser interpretada como metafórica. Avaliada a falsidade de sua interpretação literal, é necessário então que passemos ao segundo critério, que é selecionar que tipos de coisas podem ser ditas sobre o sol. Escandell (2006) elenca uma série delas: “ser uma estrela, ser um corpo gasoso incandescente, ter 1.400.000 km de diâmetro, estar a 150.000.000 de km da Terra, ser o centro do sistema em torno do qual giram os planetas, inclusive o nosso, ser nossa fonte de luz, vida e energia, etc.” (2006, p.205). Depois disso, resta elencar alguma dessas propriedades e decidir sobre a qual colocaremos a interpretação. Nesse caso, suponhamos que Romeu tenha querido dizer que, assim como o sol é a fonte de luz, vida e energia para o nosso planeta, Julieta é, para ele, a fonte de sua vida.

A maior contribuição deixada por Searle reside na sistematização de passos para a interpretação metafórica, que vale para todas as sentenças da língua (uma vez que, caso não sejam metafóricas, ficam retidas na primeira estratégia).

Há, no entanto, ainda outra possibilidade trazida à tona por Escandell (2006), que diz respeito à teoria da relevância (o trabalho de Sperber e Wilson (1986a)). A metáfora, afirma Escandell (2006), está inserida, assim como outras figuras de estilo, dentro da busca do falante por maior relevância, no entendimento desta teoria. Dessa forma, o falante estaria enriquecendo sua fala, deixando para o interlocutor o trabalho de preencher o significado pretendido. Segundo ela, “nos termos da análise de Sperber e Wilson, se diria que não há coincidência entre a forma proposicional e a explicatura, isto é, entre o conteúdo codificado e o conteúdo que o emissor pretende comunicar, de tornar explícito para seu interlocutor.” (ESCANDELL, 2006, p.205)

Ou seja, como o que o falante quer comunicar não é uma proposição trivialmente falsa, em geral cabe ao interlocutor enriquecer o sentido do que foi comunicado. Para Escandell, dentro da teoria de Sperber e Wilson, “as figuras não são, no fundo, mais que um caso extremo de separação entre o conteúdo que se codifica e o que se pretende comunicar” (2006: 206) e, sendo assim, a autora aponta na direção de que a teoria da relevância seria a mais econômica para tratar da metáfora, uma vez que não precisa de um instrumental além do que já era previsto para explicar esse fenômeno.

2.2 Tratamentos da semântica

No entanto, as possibilidades para tratar a metáfora dentro da pragmática não excluem ou impedem que haja algumas formas dentro da semântica. (Propositamente, escolhi inverter a ordem apresentada por Escandell (2006) em seu manual, uma vez que ela inicia com as análises semânticas. Como o que pretendo aqui é justificar uma proposta de tratamento semântico, investirei mais nessa possibilidade.) Em seu livro, ela brevemente apresenta duas possibilidades – as mais tradicionais – de análise semântica da metáfora. Justamente por não se tratar de um livro de análises semânticas, mas pragmáticas, é de forma bastante rápida e superficial que ela toca no assunto. De qualquer forma, são duas possibilidades já ultrapassadas tanto por teorias pragmáticas, que ela pretende apresentar como suplantadoras do modelo, quanto por teorias dentro da própria semântica – o que invalida, em termos, a hipótese da autora de que seria impossível propor um tratamento semântico consistente.

A primeira das possibilidades de análise seria a “teoria da comparação de traços”, que assume que todas as palavras guardadas em nosso léxico teriam ‘traços’, ou características internas, que as definiriam. Levinson (1983) define a teoria da interação da seguinte forma: “Metáforas são usos especiais de expressões linguísticas onde uma expressão (ou foco) ‘metafórica’ é embutida em outra expressão ‘literal’ (ou *frame*), tanto que o significado do foco interage com e *muda* o significado do *frame*, e vice versa.” (1983, p. 148)⁵.

Dessa forma, a palavra “baleia” apresentaria, por exemplo, os traços [+mamífero], [+marinho], [+nadador], [+comedor de krill],[+gordo],[+etc.] (para fins de

⁵“Metaphors are special uses of linguistic expressions where one ‘metaphorical’ expression (or focus) is embedded in another ‘literal’ expression (or frame), such that the meaning of the focus interacts with and changes the meaning of the frame, and vice versa”.

economia, estou omitindo traços para os quais o valor é negativo, porque seriam infinitos). Dessa forma, quando um falante enuncia a sentença que apresentei em (2) acima (“João é uma baleia”), estaria selecionando, dentro dos traços que comporiam o conceito de “João” (que poderiam ser [+mamífero], [+terrestre], [+bípede], [+funcionário público],[+gordo]), um que fizesse a intersecção.

Ora, é evidente que não é uma condição necessária para uma baleia apresentar o traço [+ gordo], porque isso não está na baleia, mas na nossa representação de mundo e porque, de alguma forma, é a nossa comunidade de fala que compartilha que baleias são gordas (ou seja, pode ser algo que não se verifique em outras línguas ou culturas). Não obstante, teorias como a semântica de traços foram abandonadas porque se chegou à conclusão de que é impossível estabelecer que tipos de traços devem ser levados em conta. Traços não se tratam apenas de distinção entre conceitos, mas de categorias nas quais eles devem ser encaixados e, se houvessem conjuntos aos quais qualquer objeto pudesse pertencer, esses conjuntos não diriam nada sobre seus elementos.

Outro contra-argumento para esse tipo de análise seria, como mencionei rapidamente acima, que não é necessário que o objeto da comparação possua o traço que estaríamos utilizando para comparação. O caso de (4), por exemplo, é descrito por Escandell. O ferro, segundo ela, não é um metal inflexível. Qualquer traço que pudéssemos encontrar em “ferro” não seria suficiente para estabelecer a comparação que pretendemos. Outros traços são triviais, como o caso de (5). Quando queremos dizer que certa pessoa ‘é um gato’, não estamos afirmando que um gato é um animal bonito, nem afirmando que *somente* o gato é um animal bonito.

Outra forma de entender o fenômeno apresentada por Escandell é a “teoria da comparação suprimida”. Para ela, essa teoria utiliza o conceito clássico de metáfora, segundo o qual esse fenômeno sempre traria à tona uma comparação entre dois conceitos. Levinson assim a define: “Metáforas são similares a predicções de similaridade com partes suprimidas. Assim, “Iago é uma enguia” é semanticamente equivalente a “Iago é como uma enguia.” (LEVINSON, 1983, p. 148)⁶

Esta teoria assume que a comparação se daria tanto no nível sintático quanto no nível semântico e que a interpretação de qualquer metáfora passaria pela reconstrução dessa comparação suprimida. Dessa forma, postula que existem três tipos

⁶ “*The comparison theory*: Metaphors are símiles with suppressed or deleted predications of similarity. Thus “Iago is an eel” is semantically equivalent a “Iago is like an eel”.

de construções de comparação metafórica possíveis, que Escandell apresenta, baseada em Miller (1979), da seguinte forma:

- I) Nominal ou atributiva: SER (x,y), onde x é o termo real e y é o termo metafórico, postos em relação pela cópula *ser*.
- II) Predicativa: G(x), onde G representa um predicado metafórico e x, um termo real.
- III) Oracional: G(y), onde G é um predicado e y é seu argumento, ambos metafóricos. (ESCANDELL, 2006, p. 196)

Esses três tipos de representações formais poderiam ser exemplificados, respectivamente, como:

- (I a) João é uma mula.
- (II a) Maria cacareja.
- (III a) A vaca foi pro brejo.

A interpretação da fórmula proposta em (I) para (Ia) seria “João é teimoso como uma mula”, porque o que está sendo suprimido é o termo da comparação. Segundo Miller (1979), apud Escandell (2006), a fórmula da interpretação de I seria

$$\text{SER (x,y)} \leftrightarrow \exists F \exists G (\text{SIMILAR (F(x)), (G(y))})$$

Que diz que existem duas propriedades, F e G, e que predicar F de algo seria o mesmo que predicar G de outro algo. Ou seja, dizer de “João” que ele “é uma mula” significa dizer que ele é teimoso da mesma forma que se diria que uma mula é desobediente, que tem vontade própria.

A fórmula proposta por Miller (1979) para (II a) seria

$$\text{G(x)} \leftrightarrow \exists F \exists y (\text{SIMILAR (F(x)), (G(y))})$$

que diz, em outros termos, que predicar G para y é semelhante a predicar F para x. No exemplo (II a), seria dizer que predicar de Maria que ela fala é o mesmo que predicar de uma galinha que ela cacareja. O ponto aqui, além de se tratar de predicação, é que o que está suprimido é o sujeito de uma das comparações, ou seja, não estamos verbalizando, como em I, “Maria cacareja como uma galinha (cacareja)”, porque “galinha” está apenas subentendida no significado de “cacarejar.”

Já a fórmula para (III a) seria

$$G(y) \leftrightarrow \exists F \exists x (\text{SIMILAR}(F(x)), (G(y)))$$

o que, aplicada à sentença, seria algo como dizer que “A vaca foi pro brejo” equivale a afirmar que há um problema aparentemente sem solução. Como estamos tratando de predicação, mas metafórica, o que a fórmula propõe é que afirmar, metaforicamente, $G(y)$, é o mesmo que afirmar, não metaforicamente, $F(x)$.

Apesar de formalmente o sistema parecer funcionar bem, e de ser bastante econômico, Escandell apresenta diversos pontos problemáticos para esse tipo de abordagem. Como nas críticas feitas à teoria da interação de traços, o maior problema aqui está em tratar as novas possibilidades de metáfora. Se um falante produz, por exemplo,

(10) João é um pirata.

ele pode estar pretendendo criar uma metáfora. No entanto, não é tão simples saber que tipo de comparação ele estará estabelecendo. Não se pode prever sobre qual predicado de “pirata” a comparação está sendo feita e sequer é possível saber se esse predicado é mesmo possível para “pirata” (algo muito semelhante ao que apontei, acima, com o exemplo (4)).

A negação é outro fenômeno que indica falhas nesse tipo de análise. Sabemos que, na lógica, a negação é capaz de inverter o valor de verdade de uma proposição. Apesar de, até agora, os valores de verdade não terem sido considerados, pensemos, por exemplo, em uma sentença como

(11) João não é um foguete.

Podemos negar essa sentença, cujo valor de verdade é ‘verdadeiro’ por ser uma sentença trivial. No entanto, estamos trabalhando com metáforas e, quando um falante produz isso, sabemos que dificilmente ele estará sendo literal. De qualquer forma, mesmo que o falante produza (11), somos capazes de recuperar a metáfora contida em “foguete”, somos capazes de selecionar o significado contido nessa metáfora e ainda sabemos o que está sendo negado – a saber, a velocidade.

Outro problema possível diz respeito às expressões de predicação metafórica que, pelo que pudemos observar, englobam os ditados populares. Embora o sistema formal seja algo muito interessante – e, em certas pesquisas, almejado – esta formalização não é capaz de prosseguir consistente para este tipo de fenômeno. De acordo com Legroski (2011), os ditados populares possuem uma significação mais ou menos estanque, de fato, mas nem em todos os casos fica fácil determinar qual a questão que está sendo levantada. Dessa forma, não é sempre que dizer “A vaca foi pro brejo” vai significar que estamos diante de um problema sem solução.

Aparte isso, o modelo formal apresentado também não parece formulado a ponto de permitir certa mobilidade morfológica e sintática dessas expressões metafóricas. Ou seja, um falante pode produzir, para o mesmo “ditado popular”, diversas sentenças:

- (12) A vaca foi pro brejo.
- (13) A vaca tá indo pro brejo.
- (14) A vaca não foi pro brejo.
- (15) O curral inteiro foi pro brejo.
- (16) A vaca foi pra um brejo tão grande que parecia um pântano.
- (17) Hoje mandei a vaca pro brejo.

Não me parece que sentenças como (13), (15), (16) e (17) estejam previstas nesse sistema. Além disso, fica sempre difícil trabalhar com a negação, como mencionei acima. O maior problema desse sistema, no entanto, é não conseguir prever que uma palavra possa significar mais que o sentido literal que apresenta, e é esse tipo de solução que pretendo apresentar abaixo.

2.2.1 A metáfora e a semântica dinâmica

Mesmo que os sistemas formais, por vezes, pareçam limitados dentro das soluções que apresentam, essa não é a realidade. Como vimos acima, a semântica – mesmo a formal – também pode se preocupar com o uso efetivo da língua, e não apenas com uma virtualidade.

2.2.1.1 A semântica dinâmica

Para correntes mais atuais da semântica, o valor de verdade de uma sentença não é determinado pelas suas condições de verdade, mas pelo seu “potencial de mudança de contexto”, ou seja, “conhecer o significado de uma sentença é conhecer o modo como ela muda um contexto” (GROENENDIJK e STOKHOF, 1996, p. 01). De acordo com os trabalhos de Groenendijk e Stokhof, a diferença essencial entre a semântica formal e a dinâmica não é assumir que a interpretação das sentenças depende do contexto – o que de certa forma é feito pela semântica formal, uma vez que as condições de verdade nada mais são que parâmetros dentro dos quais uma sentença se revela verdadeira ou falsa dentro de um modelo de mundo –, mas que, além de depender do contexto, ela o cria.

Em Groenendijk e Stokhof (1999), os autores acrescentam que

ao considerar tanto a dependência quanto a alteração do contexto, as abordagens dinâmicas para a interpretação se defrontam com o círculo hermenêutico. Obviamente, não é a observação da interdependência entre o contexto e a interpretação que é original, mas sim sua incorporação a um empreendimento formal. (1999, p. 04)

Uma diferença metodológica também emerge do paralelo entre a semântica formal e a semântica dinâmica: enquanto uma escolhe sentenças para análise, a outra começa por fragmentos de discurso. Para Groenendijk e Stokhof, a ideia não é mais que as sequências de sentenças sejam atiradas na lata de lixo da pragmática, mas, “ao invés disso, elas são consideradas noções centrais da semântica e, portanto, sobre o significado. Esta sim pode ser considerada uma inovação.” (1996, p.02)

Portanto, não se trata simplesmente de uma escolha pela inclusão do contexto, mas de uma escolha de um aparelho formal capaz de explicar as “intervenções” do contexto no significado. O nosso objetivo, neste trabalho, não é descrever o funcionamento desse aparelho formal, mas meramente considerar a possibilidade de inserir o contexto dentro de uma representação formal.

Evidentemente, a semântica dinâmica não se trata apenas disso e seu modelo de análise toma por pressuposta a inclusão do contexto. No entanto, para fins desse trabalho, consideraremos apenas essa breve introdução para que possamos pensar em um possível tratamento da metáfora.⁷

⁷ Não cabe aqui descrever de que forma a semântica dinâmica analisa seus dados, mas apenas realizar uma breve apresentação da teoria. Para maior aprofundamento, ver GROENENDIJK e STOKHOF (1995), (1996) e (2002).

2.2.2. Uma possibilidade de tratamento

Vogel (2005) traz uma tentativa de apresentar uma semântica que lida com valores de verdade e tem uma base lógica que pode ajudar na compreensão da metáfora. Para este autor,

A linguagem não-literal é geralmente entendida como estando fora do ponto de vista da semântica de teoria de modelos. A filosofia formal da linguagem tem sido influenciada por opiniões de que a metáfora, como uma forma de linguagem não-literal, é essencialmente defectiva ou não mais do que figurativa, mesmo que seu uso inspire *insights* cognitivos. (Percy, 1958). Uma perspectiva oposta é a de que todo o uso da linguagem é condicionado pela metáfora, que a metáfora é fundamental para a cognição e é ainda parte do plano de fundo dos significados das sentenças mais do que apenas convencionalizado por elas, uma visão inspirada em Lakoff e Johnson (1980).⁸ (VOGEL, 2005:03)

Essa apresentação serve para entendermos o fato de a metáfora, em geral, ser relegada a estudos secundários ou ser dada como encerrada em perspectivas como as apresentadas anteriormente. A metáfora não é um uso convencional da linguagem (mesmo que Lakoff e Johnson a entendam como parte da linguagem do cotidiano, sua abordagem é diferente da que esse trabalho toma. Para eles, a metáfora está nas bases da construção dos enunciados.) e, portanto, não pode ser analisada utilizando apenas as ferramentas formais, que tomam o significado como mais ou menos estanque.

Sobre a descrição e análise da metáfora dentro dos padrões formais, Vogel afirma ainda que

os significados devem ser entendidos nas sentenças metafóricas usando o mesmo aparato formal que nas sentenças literais, embora com o lócus da metaforicidade apropriadamente identificado com o sistema. O maior ponto é demonstrar que a metaforicidade não está fora do estudo da semântica das línguas naturais⁹. (VOGEL, 2005, p. 04)

⁸“Non literal language is often thought to be outside the purview of model theoretic semantics. Formal philosophy of language has been influenced by opinions that metaphor, as a form of nonliteral language, is essentially defective or no more than ornamental, even if its use does offer cognitive insights (Percy, 1958). An opposing perspective is that all language use is reconditioned by metaphor, that metaphor is fundamental to cognition and is therefore part of the backdrop to the meaningfulness of sentences rather than something conveyed by them, a view inspired by Lakoff & Johnson (1980).”

⁹“It is an assumption of this paper that meanings must be delivered for metaphorical sentences using the same formal apparatus as the literal senses, albeit with the locus of metaphoricity appropriately identified within the system. A major point is to demonstrate that metaphoricity is not outside the remit of natural language semantics.”

Para Vogel, portanto, o estudo da metáfora é licenciado por uma semântica de valor de verdade e o aparato lógico deve permitir, e não vetar, esse tipo de análise. “Uma teoria completa de metáfora dentro da semântica requer uma explicação das condições de verdade, incluindo uma teoria do impacto na interpretação subsequente” (2005:05)¹⁰ e, portanto, parece que o princípio do qual se deve partir é o trabalho com os múltiplos significados de uma palavra.

Nesse trabalho, Vogel traz uma explicação bastante interessante de metáfora dentro da semântica dinâmica, mostrando, inclusive, que essa teoria permite que uma sentença com metáfora seja entendida das duas formas sem, no entanto, privilegiar uma ou outra interpretação. Apesar de ser um assunto bastante interessante, não cabe neste trabalho explicar as diferenças entre a semântica dinâmica e a semântica formal. Cabe, apenas, dizer que elas possuem pontos em comum, principalmente a ligação com a lógica e com valores de verdade, como foi demonstrado acima. A inclusão desse texto dentro desse trabalho se deve a esses pontos comuns porque, assim, a semântica dinâmica pode ser entendida como uma ramificação da semântica formal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há que se considerar que o embate filosófico e metodológico que acontece entre a semântica e a pragmática não é algo que será facilmente suplantado ou encerrado. Assim como em qualquer ciência, os objetos teóricos são aqueles que vemos com os óculos das nossas teorias e, se esses óculos permitem que enxerguemos os nossos limites, então ele são bastante úteis para o tipo de ciência que pretendemos fazer.

A fronteira que existe entre a semântica e a pragmática se dá pelo próprio tipo de delimitação de objeto das duas disciplinas, que não parecem muito distantes à medida que se relacionam internamente. Há semânticas preocupadas com o contexto da mesma forma que há pragmáticas que não se ocupam dele, porque está fora de seu escopo.

A metáfora me parece um fenômeno bastante interessante para a discussão dessas fronteiras. Não creio que uma disciplina tenha suplantado a outra, bem como não me parece que esse seja o objetivo de alguma delas. A significação é um fenômeno linguístico que pode ser explicado, caso queiramos, dentro da cognição, dentro da

10 “A full theory of metaphor in semantics requires an account of truth conditions inclusive of a theory of the impact on subsequent interpretation.”

estrutura da língua ou dentro da interação social. Cada vez que recortamos um desses aspectos, não estamos dizendo que o outro não é válido, ou que não é constitutivo do fenômeno: estamos apenas dizendo que não preferimos, ou que não podemos, tratar dele.

Uma análise consistente deve ser aquela que, dentro das restrições que se impõe, consegue sistematizar e deixar coerente aquilo que pretendia. Dessa forma, não finalizo dizendo que o tratamento dado pela semântica é melhor ou mais completo, mas sim que é possível postular uma teoria formal, coerente internamente, capaz de dar conta de um fenômeno que parece ambíguo e que parece não preferir uma teoria a outra. Até porque o objeto em si não prefere nada: são nossos olhos que procuram um óculos que nos permita enxergar da maneira como queremos. A ciência bem feita, enfim, é aquela que, independente dos óculos que use, consiga dar conta do pedaço do objeto que selecionou.

REFERÊNCIAS

- CANÇADO, Márcia. *Manual de Semântica*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- CANN, R. *Formal Semantics*. Cambridge, Cambridge University Press. 1993.
- CHIERCHIA, G. “Reference to Kinds across Languages”. *Natural Language Semantics* 6, p. 339–405. 1998
- CHIERCHIA, Gennaro e McCONNEL-GINET, Sally. *Meaning and Grammar. An introduction to semantics*. Cambridge, The MIT Press. 2000.
- ESCANDELL, M. V. *Introducción a la Pragmática.2ª. edición*. Ariel Lingüística: Barcelona.2006.
- GROENENDIJK, J. and STOKHOF, M. “Changing the context. Dynamic semantics and discourse”, in Doron, E. and Winter, S. (orgs.). *Proceedings of the 11-th Annual Conference Tel Aviv University 1995 and of the Workshop on Discourse The Technion 1996*, IATL. 1996. Disponível em <http://dare.uva.nl/record/17362>. Último acesso em 29/07/2009
- _____. “Meaning in Motion”. In: von HEUSINGER, K. & EGLI, U. (orgs.), *Reference and Anaphoric Relations*, Dordrecht, Kluwer, 1999, pp. 47-76. Versão em português disponível em <http://people.ufpr.br/~arthur/>
- GROENENDIJK, J. ,STOKHOF, M e VELTMAN, F. “Coreference and Contextually Restricted Quantification” In: M. Krifka (ed), *Proceedings of the Fourth Conference on Semantics and Linguistic Theory*, Ithaca, NY, DMML Publications, 1995.

KADMON, Nirit. *Formal Pragmatics: Semantics, Pragmatics, Presupposition, and Focus*. Blackwell Publishers. 2001.

KREIDLER, Charles W. *Introducing English Semantics*. Londres, Routledge. 1998.

LEGROSKI, M.C. A interpretação dinâmica das expressões definidas. Anais do XIX Seminário do CELLIP,

_____. *Definindo Metáfora*. Voos – Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá. Volume 02. pp. 15-31. 2009. Disponível em www.revistavoos.com.br.

_____. **Quem não tem cão, caça com gato**: Uma tentativa de tratamento dos ditados populares na Semântica Dinâmica. 2011. 132 f. Dissertação. (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge, Cambridge University Press. 1983.

PAGANI, L. A. “Descrição Definida na Semântica Dinâmica”. Comunicação oral apresentada no 55º Seminário do GEL, 2007.

PIRES DE OLIVEIRA, R.P. e BASSO, R.M. “A Semântica, a Pragmática e seus Mistérios”, in *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*. v.5, n.8, 2007.

PORTNER, Paul. e PARTEE, Barbara H.(orgs) *Formal semantics – Essential Readings*. Oxford. Blackwell Publishing. 2002.

VOGEL, C. “Dynamic Semantics for Metaphor”. In: *Metaphor and Symbol*, Volume 16. 2001, pp. 59 – 74. Em https://www.cs.tcd.ie/research_groups/clg/metaphorsymbol01.pdf. Último acesso em 09/07/2009.

VOGEL, C. e BOUCHET, C. (1998). Semantic Ambiguity, Vagueness, and Constitutional Ramifications for the Family Law Act of 1996. Disponível em <https://www.cs.tcd.ie/publications/tech-reports/tr-index.98.php>. Último acesso em 09/07/2009.